

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2015.

Carta Aberta aos Diretores membros da Diretoria Colegiada do Banco Central que participaram da Rota da Diretoria em Belo Horizonte no dia 21 de agosto de 2015, a ser entregue em mãos aos Diretores

Reunidos em Assembleia Geral no dia 19 de agosto, durante evento de campanha salarial dos servidores do Banco Central do Brasil, os servidores presentes construíram e aprovaram por votação o encaminhamento dos seguintes termos aos Senhores Diretores Anthero de Moraes Meirelles e Luiz Awazu Pereira da Silva, respectivamente, Diretor de Fiscalização e Diretor de Política Econômica do Banco Central, participantes do evento Rota da Diretoria, a ocorrer na sede da instituição em Belo Horizonte no dia 21 de agosto:

- Estamos no dia determinado no início do ano pelo Governo Federal por meio do Ministério do Planejamento para envio do Projeto de Lei de Orçamento Anual (PLOA) ao Congresso Nacional e não experimentamos avanços significativos com relação ao atendimento de nossas demandas constantes nas pautas unificada, específica e PEC 147-A;
- Temos visto pela imprensa, por notícias de outros sindicatos e por divulgação de informações diretamente pela Câmara dos Deputados o apoio explícito de dirigentes e líderes estratégicos de outras entidades, em apoio às demandas da categoria, particularmente o Sr. Ministro em apoio às demandas do Judiciários e os comunicados da Receita Federal;
- Presenciamos naquelas notícias inclusive a presença do Sr. Procurador Geral do Banco Central, o Sr. Isaac, sempre se posicionando em defesa dos Procuradores desta casa, que têm dupla vinculação com a AGU e o Banco Central, que compõem assim o chamado “sistema AGU”;
- Acompanhamos ganhos e vitórias, ainda que parciais, de colegas de outros órgãos no Congresso, particularmente, os colegas da AGU, o que inclui nossos pares Procuradores, e os delegados da Política Federal;
- Vimos ações da Direção da Receita inclusive em ato de liberação de ponto para que os colegas daquele órgão participem de eventos em defesa da categoria;
- Vimos também ações em informativos e atas do Comitê Gestor indicando que se estaria criando um tratamento diferenciado para os Procuradores da Casa em relação ao controle de horário de trabalho;
- Foram feitos encaminhamentos no sentido de se criarem Honorários de Sucumbência e Verba de Eficiência Institucional, em vias de serem efetivados, em benefício, respectivamente, dos Procuradores e dos Auditores Fiscais da Receita Federal na ativa, com possível sucesso nos próximos meses e vantagens já para 2016;
- Temos visto ações internas da Direção e dos trabalhadores dos órgãos que são ou estão próximo à maior remuneração do Poder Executivo no sentido de se manterem ou melhoraram sua situação estratégica, que representa simultaneamente, por um lado, o mérito alcançado por seus servidores em função de qualificação e sucesso nos concursos públicos mais concorridos do país e, por outro, a tarefa estratégica de serem parte do trabalho de suas instituições em benefício do país, por melhores serviços à coletividade;

Nossa percepção é que o quadro do momento é agudo e de que é necessário maior empenho da Diretoria em termos de ação pela reposição de perdas salariais e demais demandas da categoria.

Há que se acrescentar que a defesa dos servidores da instituição não implica em ação ou desconstrução de qualquer plano de ajuste fiscal ou correção dos rumos da economia do país, que são parte da missão institucional desta autarquia. Reforçando tal entendimento, há informações de que o próprio Ministro de Estado do Ministério da Fazenda, titular da pasta do Poder Executivo Federal à qual o Banco Central está ligado, o Sr. Joaquim Levy, tem defendido os pleitos dos servidores da Receita Federal.

Esses são os termos que o conjunto dos servidores de Belo Horizonte, reunidos em assembleia, solicita respeitosamente que sejam considerados por Vossas Senhorias e levados ao conhecimento da Diretoria Colegiada, para que se possam construir alternativas seguindo os exemplos expostos nos fatos apresentados ou além deles, em prol dos servidores e da instituição, particularmente que se busque o realinhamento imediato da remuneração entre os cargos de Analista e Procurador e a paridade histórica de 50% para os técnicos.

Conselho Regional do Sinal BH em nome da categoria, conforme decisão por consenso em Assembleia no dia 19 de agosto.